

SUGESTÕES PARA UM ESTUDO SOBRE
O ANALFABETISMO NO BRASIL.

P I E R R E F U R T E R

Introdução	1
Será a alfabetização uma ne- cessidade absoluta?.....	2
Contra o analfabetismo ou a favor dos analfabetos?.....	10
Um mundo à margem da comuni- cação escrita	15
A mentalidade do analfabeto rural	20
Aproximação (approach) à men- talidade do analfabeto ru- ral	26
Pode a alfabetização trans- formar-se num instrumento de mudança social?	30
O semi-analfabeto	35
Ler (e escrever)	40

0. INTRODUÇÃO

Estas notas foram elaboradas a partir de experiências brasileiras que tivemos o privilégio de seguir (PNA - Plano Nacional de Alfabetização, organizado nos anos de 1963 e 1964 e prematuramente interrompido após os acontecimentos de abril de 1964) e de observar (OPERAÇÃO UBATUBA, experiências em vias de realização no litoral de São Paulo). Ainda que tenham sido objeto de discussões, por parte de meus colegas brasileiros e dos colegas da UNESCO que atuam no CRPE de São Paulo, estas notas envolvem somente a responsabilidade de seu autor.

Como estas reflexões são, às vezes, heterodoxas e como representam uma primeira etapa para um estudo sobre o assunto, resolvemos redigi-las de forma descontínua, a fim de suscitar, a partir de sua leitura, uma discussão que desejamos produtiva. Mas isto não significa que renunciemos a uma visão global do problema, uma vez que cada uma destas notas pretende levantar uma parcela da totalidade a ser alcançada. Simplesmente, no momento, a própria síntese, sob a forma de hipóteses sistemáticas, nos parece prematura. Por esta mesma razão, as referências feitas a outros trabalhos têm uma única função: assinalar as citações e localizá-las. Somente após pesquisas de campo, tendo em vista uma redação definitiva, discutiremos a fundo opiniões de outros autores.

1. SERÁ A ALFABETIZAÇÃO UMA NECESSIDADE ABSOLUTA ?

Apesar da abundância de textos que tratam do analfabetismo, é surpreendente verificar quanto os trabalhos referentes ao assunto são desiguais. De um lado, alguns raros estudos objetivos e, de outro, textos tão breves quanto radicais, caracterizando-se todos por um maniqueísmo subjacente. Denuncia-se, inicialmente, "o escândalo" do analfabetismo, para proclamar-se, em seguida, os benefícios de uma alfabetização que será "a cruzada do século XX". Assim, não nos devemos surpreender ao verificar que o estudo do analfabetismo é considerado como secundário e que, entre êsses dois extremos, não resta muito lugar para opiniões comedidas, para uma reflexão crítica que se interrogaria sôbre a significação do maniqueísmo dos alfabetizados.

Tal maniqueísmo é, inicialmente, motivado por uma real ansiedade diante do quadro sugerido pelas estatísticas (1). Se estas nos mostram que o índice de escolarização aumenta lentamente, mas com segurança, na maior parte dos países, elas sublinham, entretanto, dois fatos inquietantes:

a) a maior parte da população do mundo é analfabeta e os alfabetizados são, portanto, uma minoria - o que nunca é agradável;

b) o número absoluto de analfabetos aumenta sempre, pois a escolarização tem dificuldades em acompanhar a explosão de

mográfica, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, sem considerar que, por outro lado, a inadequação do ensino favorece a regressão post-escolar, bem como a evasão escolar (2).

São dois fatos que, pela sua amplitude, provocam, sem dúvida, uma ansiedade suscetível de nos obrigar a tomar consciência de um problema ameaçador, capaz de gerar até o pânico. Ora, este pânico é mau conselheiro, uma vez que nos leva a subestimar dois outros fatos modestamente positivos:

- a) o progresso da alfabetização no mundo é constante;
- b) uma escolarização sistemática poderia, com o tempo e em tempo, modificar profundamente a situação atual.

A tomada de consciência por pânico, em lugar de nos obrigar a apoiar o que se faz no momento e a dar uma absoluta prioridade à escolarização efetiva da população infantil, nos conduz, muito freqüentemente, a imaginar paliativos rápidos e violentos: as campanhas de alfabetização em massa. Se estas campanhas conseguem apaziguar a ansiedade dos alfabetizados e "tirar o peso de sua consciência", tanto melhor; seria necessário, contudo, perguntar - e cientificamente isto é perfeitamente legítimo - se essas campanhas realmente respondem aos problemas concretos que existem. Por consequência, não podemos lançar numa campanha de alfabetização sem nos interrogarmos sobre seu significado e sua função no desenvolvimento global de uma nação e sem ter estudado, "in loco", as características do analfabetismo existente.

Há uma outra razão que torna o analfabetismo um imperativo categórico: a transferência histórica. Tomamos consciência, hoje, que o século XIX foi, pelo menos para a Europa, o século da generalização do ensino primário. No decorrer desse século, a escola primária tornou-se "um serviço público", do qual todos têm o direito de se beneficiar e que deve ser entendido a todos. O século XX, por analogia, seria o século

da alfabetização em massa, o que corresponde bem a visão "planetária" que caracteriza o pensamento de nosso tempo. Mas, justifica-se o paralelo? A escola primária, como R. Duveau demonstrou magnificamente para o caso da França (3), não se dissocia de uma verdadeira mística republicana, da qual ela foi veículo e instrumento. O ensino primário não é somente uma escolarização do meio rural e proletário mas, sobretudo, é a ponta-de-lança de uma visão do mundo, freqüentemente positivista, sempre progressista e - é preciso dizer - algumas vezes anticlerical. Pois - e isto nos parece fundamental - ela deu origem a um nôvo tipo de homem: o professor, que, no meio rural, se sabia investido de uma missão e criava um nôvo polo de fixação. Ora, a alfabetização, tal como é realizada, não tem nada em comum com a generalização do ensino primário. É, quando muito, uma vaga mística. Ela se distingue pela economia de seus meios; sua breve duração; seu impacto poderoso, mas limitado no tempo; seu caráter descontínuo, acentuado pelo "amadorismo" de seu pessoal e pela ausência de uma formação dos professores, equivalente à recebida na Escola Normal. Se quiséssemos estabelecer um paralelo, seria preciso, então, pensar na educação de base ou na animação rural da qual, eventual mas não necessariamente, faz parte a alfabetização (4).

Mais ainda: não se poderia argumentar, apoiando-se no papel atribuído hoje à educação no desenvolvimento econômico - uma vez que onde há subdesenvolvimento há, quase sempre, analfabetismo - que, atacando-se um, ataca-se o outro? Negar o paralelismo entre o analfabetismo e o subdesenvolvimento é absurdo; é evidente que um está ligado ao outro. Mas, passar de uma relação de paralelismo para uma relação causal unilateral, dizendo que o analfabetismo é causa de subdesenvolvimento é, talvez, tomar o efeito pela causa. Seria necessário, inicialmente, prová-lo. E isto é difícil, tanto que os

casos históricos de desenvolvimento já analisados (5) indicam, sobretudo, que o desenvolvimento industrial foi seguido e não precedido pela generalização da instrução pública. Não há dúvida que a escassez das informações e a lentidão da troca de comunicações estão ligadas ao subdesenvolvimento, mas aqui também se trata de um paralelo. O exemplo da imprensa inglesa, no século XIX, é particularmente instrutivo (6). O aparecimento dos grandes jornais populares não foi simplesmente uma resposta a novas necessidades que teriam aparecido em consequência da extensão da instrução pública à massa proletária, mas foi consequência da organização capitalista da imprensa, que criou novas necessidades de leitura.

Enfim, afirmar-se-á que o desenvolvimento tecnológico implica, em certos conhecimentos que supõem uma alfabetização. Seja. Ainda assim é preciso determinar qual a amplitude destes conhecimentos, pois a arrancada industrial não é incompatível com uma semi-alfabetização, isto é, com uma alfabetização que se limita ao conhecimento dos números até cem, ao reconhecimento (e não à leitura) das palavras usuais e, à guisa de escrita, a cópia da assinatura. Se é provável que, a partir daí, o nível do desenvolvimento técnico será seu estado por falta de uma alfabetização completa, é preciso ainda provar que a promoção operária e o estímulo para a qualificação profissional dependem de uma alfabetização completa. Com efeito, no passado, essa promoção e essa qualificação dependiam sobretudo de uma alfabetização tática, em função das necessidades específicas da industrialização.

Mas, então, por que estas paixões? por que estas opiniões radicais? por que este julgamento maciço contra o analfabetismo? Por razões inconfessáveis. Inicialmente, porque a alfabetização está ligada diretamente ao prestígio social e à defesa do "international standing" de um país. O importante não é tanto sua função social, mas o que ela representa para

os outros e, em particular, para os estrangeiros. Encontraremos, então, a respeito da alfabetização, os mesmos preconceitos sociais relativos à cultura geral, ao ensino do latim, ao humanismo e às humanidades. Além deste prestígio, a alfabetização recoloca uma função singular da escrita que, geralmente, se finge ignorar.

C. Levi-Strauss (7) interrogando-se sobre a origem da escrita, após haver eliminado todas as razões insuficientes, nota que a invenção da escrita é concomitante com o aparecimento dos grandes centros urbanos. É a concentração urbana que provoca a invenção e sobretudo a extensão da escrita. Inicialmente, porque ela se revela um meio eficaz de comunicação coletiva e rápida. Inversamente, existem sociedades nas quais o tipo de comunicação não implica no uso da escrita e mesmo o exclui; mas, nesses casos, não se trata de concentrações urbanas, pois estando a concentração urbana ligada à centralização do poder, a escrita permite mobilizar uma massa de indivíduos e transmitir-lhes os mesmos padrões de vida. A escrita facilita a manipulação das massas, graças às informações impessoais que ela veicula. Ela é indispensável a uma organização centralizada. Quando já se estabeleceu um certo tipo de relações humanas, a escrita torna-se um imperativo e uma necessidade nas comunicações inter-humanas. É o que acontece, atualmente, nos países subdesenvolvidos hoje em via de desenvolvimento. Notamos aí a vontade de organizar melhor o Estado; de integrar numa mesma nação as massas marginalizadas; de centralizar o poder, em proveito de um desenvolvimento rápido; de instituir, conseqüentemente, uma organização que integre e mobilize o conjunto da nação num mesmo esforço incessante de desenvolvimento acelerado. Três necessidades se fazem sentir, então, justificando e explicando a alfabetização em massa:

a) a necessidade de centralizar o poder e de difundir sua in

formação sôbre o território nacional;

b) o aparecimento de um nôvo tipo humano que corresponda a esta centralização: no passado, o escriba, hoje, o funcionário;

c) enfim, - e isto é sobretudo verdadeiro para os países sul americanos que contam com uma grande massa indígena - a vontade de congregar as diversidades do país, através de uma nacionalidade efetiva de seus grupos marginais. Escolher-se-á, então, um idioma - quase sempre o espanhol; no Brasil, o português - que se procurará impôr a tôda a população.

Notemos que as campanhas de alfabetização em massa bem sucedidas, segundo as informações que temos, realizaram-se em três países, exatamente onde dominam a centralização sistemática, a integração nacional e o imperativo de uma industrialização a todo preço: URSS, Cuba e Indonésia.

Outro exemplo que confirma a função centralizadora e burocrática da alfabetização: as fôrças armadas, símbolo e frequentemente a única realidade nacional de certos países. As fôrças armadas, cada vez mais persuadidos do papel político que deveriam representar no país, mas também impelidos pela técnica rápida das suas armas especializadas - pensamos particularmente no desenvolvimento tão significativo da aeronáutica - têm um interêsse imediato e incessante pela alfabetização sistemática. Não é certamente por acaso que certos países ocidentais (a Inglaterra e os Estados Unidos, em particular) "redescobriram" o problema do analfabetismo no decorrer da última guerra mundial, quando trataram de mobilizar a massa de seus reservistas. Nos Estados Unidos, o exército precisou recusar 10% de seus recrutas porque eram analfabetos "funcionais" (isto é, reservistas que, embora alfabetizados, segundo os critérios habituais das estatísticas, não dominavam suficientemente as técnicas da comunicação para serem in-

tegrados num exército moderno); na Inglaterra, a proporção atingiu a 15% (8).

É necessário observar que não queremos dizer com isso que a alfabetização é secundária; queremos dizer que as razões que a fundamentam e que a motivam não são somente culturais, humanitárias, econômicas, mas sobretudo políticas. A estas razões juntam-se, em certos casos, razões religiosas. Não deixa de ser interessante notar que pesquisas feitas no meio rural brasileiro (9) assinalam que a população protestante caracteriza-se não apenas por seu elevado índice de alfabetização, como por uma real preocupação pela leitura. Compreende-se que os repetidos fracassos das campanhas de alfabetização em massa, fracassos que não deveriam ser substinados e que pesam demasiado contra a idéia mesma de uma campanha de massa (10), não é causado por erros técnicos, pessoal insuficiente, condições desfavoráveis mas, muito provavelmente, por que essas campanhas não colocaram claramente seus objetivos, em sua totalidade e em sua dimensão política. A alfabetização não tem sentido, a menos que se deseje que o conjunto da população participe do desenvolvimento de um país em direção a uma sociedade de tipo industrial; ela corresponderá, então, a uma vontade claramente expressa de desenvolvimento intenso, de democratização em profundidade e, provavelmente, de centralização sistemática e planificada. Por esta razão, a alfabetização deverá ser concebida e organizada em função dos objetivos do desenvolvimento industrial. Em si mesma, ela não tem nenhum interêsse. E se a maior parte da população mundial é analfabeta, é, também, porque ela não sentiu, não quis ou não pôde desenvolver uma sociedade de tipo industrial.

Referências bibliográficas:

1. UNESCO L'analphabétisme dans le monde au milieu de XXe. siècle. - Paris, 1957.
2. IEDES Les relations de l'alphabétisation et du développement économique-rapport. Paris, julho 1962, p.34.
3. R.DUVEAU Les Instituteurs. Edit. Seuil, Paris, 1957.
4. A.MAILLO Acción social de la escuela. UNESCO, Santiago do Chile, 1964.
4. H.HOWES Educación fundamental, alfabetización, e educación de la comunidad en la region de Caribe. UNESCO, Paris, 1955.
5. P.BAIROCH Revolution industrielle et sous-développement. Paris, 1963.
6. M.M. LEWIS The importance of illiteracy. London, 1953, pp. 125 ss. e 169
7. C. LEVI-STRAUSS Tristes tropiques. Paris, pp.260-271
- R.REDFIELD O mundo primitivo e suas transformações. Trad. do inglês. S.Paulo, 1964, pp.31-54
- J. DURAND Le rôle de la ville dans la vie moderne in Présence Africaine, nº 48. Paris, 1963, pp. 65-83.
8. M.M.LEWIS Ob. cit., pp. 142 ss.
9. E.WILLIAMS Uma vila brasileira. Nova Edição, São Paulo, 1964, pp. 89 ss. e p.168.
10. Proyecto Principal de Educación, nº 13 - nº especial sobre a Conferência de Santiago do Chile, 1962. UNESCO, Santiago do Chile, 1963, p. 63.
- L. REISSIG Problemas educativos de América Latina. Eudeba., Buenos Aires, 1963, p. 39.

2. CONTRA O ANALFABETISMO OU A FAVOR DOS ANALFABETOS ?

Na terminologia habitualmente utilizada para caracterizar os analfabetos, exprime-se uma curiosa atitude duplamente negativa.

Inicialmente, êste homem - o "analfabeto" - é designado pelo que êle não é: ana sendo um prefixo cuja conotação negativa é particularmente forte; da mesma forma, em inglês, o prefixo il - de "illiteracy" ou "illiterate" - tem a mesma ressonância. Assim, a priori, no simples ato de denominação, instituímos uma diferença radical entre sua inexistência, totalmente negativa, e nossa plena e radiosa existência. Esta distância é tanto maior quanto a palavra positiva "alfabetizado" é raramente utilizada na linguagem cotidiana. Prefere-se o aristocrático "letrado". O analfabeto é, então, um homem que nos é totalmente estranho. Não deve causar espanto se, por associação, lhe forem atribuídos todos os caracteres negativos imagináveis: porque êle é analfabeto, é tarado, anormal, caracteriza-se por um defeito ou uma falta; em resumo, é um sub-homen, completamente depreciado. Êle só conta para nós pelo que êle não é. E, por isso, não o estudamos: o analfabeto não é um homem - não é mais que o suporte de uma negação. Basta classificá-lo. A maior parte das estatísticas são o resultado de tal dicotomia: o senhor é alfabetizado ou não? O que é o mesmo que perguntar: o senhor existe ou não? Jamais se imaginaria uma terceira posição. Jamais se interro-

10.

ga tal homem ou tal mulher para lhe perguntar: quem é o senhor, afinal, para não saber ler ou escrever, ou ambas as coisas? Por que o senhor não sabe? O senhor já soube? Como se explica que o senhor não saiba mais?

A esta primeira negação brutal, grotesca se não fôsse cada dia mais difundida, acrescenta-se uma segunda, mais sutil, infinitamente mais perigosa. Uma vez que os analfabetos não existem para nós, a não ser em função de alguma coisa que eles não são, não se distinguirá nenhum dentre eles.

São todos reduzidos a um denominador comum: o analfabetismo. São todos etiquetados segundo uma mesma qualidade que, para nós, é importante, sem que nos tenhamos perguntado se ela representa, fiel e completamente, sua condição, se ela corresponde a um traço marcante ou fundamental de sua existência real. Substituem-se homens que vivem plenamente, em situações concretas, por uma única qualidade "coisificada" e negativa: o analfabetismo. Substitui-se uma realidade diversa e múltipla por uma qualidade abstrata, pejorativa, que só tem sentido para aquêles que julga. Para o homem que é analfabeto ela é, então, três vêzes negativa.

Esta atitude acarreta a identificação, habitual e grosseira, do analfabetismo com um vício, um flagelo, uma doença social que é necessário liquidar, eliminar, extirpar rapidamente. Daí surge um raciocínio grosseiramente hegeliano: neguemos a negação e os benefícios da afirmação se desencadearão. Lutando contra este "temível flagelo", o desenvolvimento florescerá (1) ! Às vêzes, pergunta-se se, ao querer "extirpar o analfabetismo" de um país, não se pensa inconscientemente em liquidar os próprios analfabetos ! (2). Esta concepção agressiva e maciça - muito pouco educativa, diga-se de passagem, está frequentemente na raiz das campanhas contra o analfabetismo. Que se passe, daí, à mobilização contra este inimigo

do povo, falta apenas um passo, que já foi dado por um país (3). Esta concepção negativa, militarista, é tanto mais perigosa quanto mais leva a crer que basta liquidar - fase puramente negativa - quando, ao contrário, o que se deveria fazer seria construir - atitude dialética real. O analfabetismo não pode, então, ser um fim em si mesmo, pois é apenas, o início de alguma coisa. Empenhar-se numa campanha de alfabetização em massa, é empenhar-se em assumir tôdas as consequências e tôdas as responsabilidades de um tal movimento de massa. Nada, então, é mais deprimente que ver, regularmente, "acabar-se" a alfabetização quando ela apenas começa, devendo transformar-se em educação fundamental, em animação rural, em organização sindical, respondendo a situações concretas. A alfabetização não termina com o último alfabetizado "liquidado", mas começa, indefinidamente, com o primeiro alfabetizado que surge.

A concepção negativista e alienadora que acabamos de apresentar não influi somente sobre os objetivos e o estilo das campanhas, sem esquecer sua planificação e seu financiamento(4); marca também nosso contacto com o homem que é, entre outras coisas, analfabeto. Quando se designa alguém como analfabeto, espera-se que ele manifeste, imediatamente, a consciência de sua inferioridade. Que tenha vergonha de sua condição. Ora, coisa curiosa para a maior parte dos "alfabetizados", nada disso ocorre. A experiência nos mostrou - e espera-se estabelecer isto, sistematicamente, por uma pesquisa que a consciência de ser analfabeto é rara. Consequentemente, a motivação para se alfabetizar é inferior ao que se poderia imaginar ou que se quereria desejar. Mas, trata-se de inconsciência ou de resistência? Uma pesquisa inglesa leva à conclusão de que 65% dos analfabetos resistem à alfabetização (5). Poder-se-ia atribuir esta resistência à má predisposição, às características individuais. Tal não é o caso. Ela é coletiva: é uma resistência difusa, generalizada, contagiosa, que não se explica, a menos que se lembre

12.

que, além do analfabeto que é, o homem vive numa situação que explica seu analfabetismo e tem o sentimento confuso, mas real, de viver plenamente sua vida e da inutilidade de uma mudança. Esta resistência apoia-se em duas causas. De um lado, apoia-se na história pessoal do indivíduo. Como a aprendizagem da linguagem está intimamente ligada à evolução pessoal, também a passagem da linguagem falada à escrita implica numa profunda mudança, a qual, se não fôr provocada e sustentada por outrem, dificilmente pode ser assumida, efetivada pelo próprio indivíduo. Por outro lado, o indivíduo resiste, pressionado pelo conceito que seu grupo tem da escrita e da relativa utilidade dela. Esta resistência, particularmente sensível nos países em que domina uma cultura oral estruturada (6) existe, também, no interior do Brasil, onde, como veremos adiante, há sempre uma literatura popular oral florescente. Estas duas causas explicam a atitude inerte de "non possumus" que surpreende sempre os alfabetizadores.

Tudo isto nos permite supor que o analfabeto não é exatamente um ser desamparado, consciente de suas faltas e vícios, mas é, ao contrário, alguém que vive plenamente uma situação fortemente estruturada, na qual a comunicação escrita não é sentida como necessária. A alfabetização só tem sentido e somente será bem sucedida onde este tipo de comunicação tiver sido modificado, ou deverá ser modificado, simultaneamente à ação educativa.

Referências bibliográficas:

1. A. MAÍLLO La Educación en la sociedad de nuestro tiempo. Madrid, 1961, p. 80 ss, 221 ss, 247 ss.
2. Ver o seguinte título num jornal de S. Paulo: "Meta dos estudantes é acabar com analfabetos"! - S. Paulo, 12/1/1965.

3. M.M.BEN Literacycorps: Iran's gamble to conquer illiteracy, in "Revue Internationale de l'éducation", n° 4. Den Haag, 1963, pp. 430 ss.
4. IEDES Les relations de l'alphabétisation et du développement économique. Op. cit.
5. M.M. LEWIS Op. cit., pp. 99-121.
6. M. RAMANOELINA Le Tiers Monde connaît des civilisations orales, in "Croissance des jeunes nations", n° 30. Paris, 1964, pp. 24 ss.

3. UM MUNDO À MARGEM DA COMUNICAÇÃO ESCRITA

Entre as diversas situações em que vivem os analfabetos, existe um caso extremo: a sociedade sem comunicação escrita. Falando propriamente, não seria o caso de chamar estas populações de analfabetas, mas de "pré-letradas". Ainda que seja possível que, em tal sociedade, a escrita seja repentinamente inventada - como mostra a estranha experiência feita por C. Levi-Strauss (1) nos planaltos de Mato Grosso - a ausência de escrita está tão intimamente ligada à organização social que sua brusca introdução só poderia ter consequências nefastas, as quais precipitariam a desagregação do grupo - como aconteceu com os índios brasileiros.

Só podemos, realmente, falar em analfabetos quando nos referimos a uma sociedade na qual a escrita existe; na qual a estrutura social admite este tipo de comunicação; na qual a escrita tem uma função específica. No caso de sociedades tradicionais (2), e também na Europa medieval e mesmo moderna, o aparecimento da escrita não teve, entretanto, as consequências que facilmente se imagina. Seu uso permaneceu confinado a uma parte da população, frequentemente muito especializada em funções religiosas - os clérigos e o clero - ou burocráticas - o escriba e o secretário. Esta situação existe, ainda hoje, nas comunidades rurais. Os analfabetos são, pois, homens que vivem numa sociedade em que a escrita existe, mas

êles não dominam sua prática e vivem à margem dêsse tipo de comunicação.

Esta relação não é absolutamente estática. Ela tem, como outras características dessas comunidades, uma história. Um sociólogo holandês, a respeito da campanha de alfabetização do Irã (3), teve não somente o mérito de sublinhar a importância destas relações, para explicar a atitude atual dos analfabetos - aquilo que se chama sua inércia, por exemplo -, mas, ainda, de propor as linhas gerais de uma pesquisa sistemática. Com efeito, se admitimos que os analfabetos sabem que a escrita existe, então por quais razões não têm acesso a ela ? Inversamente, os letrados sabem que existem analfabetos; porque, então, não procuram alfabetizá-los? Apoiando-nos em alguns trabalhos brasileiros, poderíamos sistematizar estas questões da seguinte maneira :

a) Quanto aos analfabetos:

- 1º Têm êles, realmente, consciência da existência da escrita como o afirma D. Pierson (4)? E, subsidiariamente, sob quais formas a escrita está presente em sua vida cotidiana? A surpreendente ausência total de livros, como nota C. Nogueira (5), é generalizada?
- 2º Esta tomada de consciência é explícita? De que modo é explicitada? Está ligada a um processo racional?
- 3º Há, conseqüentemente, um sentimento de inferioridade entre os analfabetos ?
- 4º Já tentaram êles superar esta "inferioridade"? De que maneira? Com quais resultados? Qual a lição que daí tiraram?
- 5º A partir da constatação de B. Hutchinson - na cidade de São Paulo, os analfabetos tinham a tendência de se auto-perpetuarem pelo casamento entre êles (6) -, poder-se-ia notar uma influência dêsses pais sobre seus

filhos? Há uma luta de gerações, como notava A. Cândido (7), entre os mais velhos, que desprezam e se opõem à alfabetização, e os jovens, que a ela aspiram?

b) Quanto aos alfabetizados:

- 1º Formam um grupo distinto? Têm consciência de serem alfabetizados? Que lugar ocupam na hierarquia social, em função de sua alfabetização?
- 2º Têm a consciência da existência dos analfabetos?
- 3º Esta tomada de consciência é explícita? Em caso afirmativo, como julgam eles os analfabetos?
- 4º Já tomaram atitudes com relação a este assunto? Porque? Como? A que conclusão chegaram?
- 5º Que literatura lêem? Participam de atitude mágica que A. Maynard Araújo notava a propósito dos "bilhetes" que nunca são lidos, mas são religiosamente guardados (8)? Preferem transmitir mensagens por via oral, costumeiramente, ou fazem uso de sua técnica?

Num estudo consagrado à desestruturação das pequenas comunidades rurais brasileiras (9), M.I.P. de Queiroz citou o caso de uma comunidade do sertão do Estado da Bahia, Santa Brígida, na qual, graças ao impulso de um líder de tipo messiânico, houve um esforço de desenvolvimento da comunidade, ao invés de se deixar levar pela apatia geral. Ela nota, a respeito, que a maior parte dos "messias" do Brasil rural eram semi-analfabetos ou alfabetizados. Seria interessante saber se seu poder estava ligado ao conhecimento da comunicação escrita. Ou, em outros termos, se existe uma correlação entre o fato de ser alfabetizado e o "status" elevado de uma pessoa. D. Pierson notou uma única pessoa, em Cruz das Almas, que gozava de grande prestígio e era analfabeta (10). De maneira mais geral ainda, há consciência de que o acesso à comuni

cação escrita implicaria, também, na possibilidade seja de mobilidade social vertical, seja mesmo de acesso ao poder? Enfim, uma vez que a comunidade de Santa Brígida subsiste e prospera, graças a seus intercâmbios com o exterior e a uma organização de tipo cooperativo, houve um desenvolvimento paralelo de comunicação impessoal que teria provocado um movimento de alfabetização?

Isto nos permitiria estabelecer que, se o camponês é analfabeto - o que as estatísticas indicam claramente (11) - tal não se dá porque pertence a uma sociedade retrógrada, nem porque pertence a uma população de um baixo nível de inteligência (12) mas, porque ê camponês, porque ê vive segundo um certo estilo de vida que não utiliza a comunicação escrita para nada. Se ê este estilo de vida pode se modernizar - como indica M.I.P. de Queiroz - haverá um desenvolvimento paralelo de alfabetização? Se é exato que o problema chave do mundo rural é o aumento da produtividade agrícola, depende esta da alfabetização? Não podemos imaginar uma animação rural que não passe obrigatoriamente pela alfabetização mas por outras técnicas - como o mostram já certas experiências africanas (13)?

Referências bibliográficas:

1. C. Levi-Strauss Ob, cit.
2. R. Redfield Ob. cit., p. 40 e pp. 45-46
3. C. Op't Land Social research and literacy campaign, in "Revue Internationale de l'éducation", nº 4, Den Hague, 1963, pp.418-429.
4. D. Pierson O dialeto caipira empregado em Cruz das Almas, in "Sociologia", nº 4. S. Paulo, 1952, pp. 310-326.
5. O. Nogueira Família e comunidade - estudo sociológico de Ipatiningua. Rio, 1962, p. 151.
6. B. Hutchinson Trabalho e mobilidade. Rio, 1960, pp. 104 ss., p. 133 ss e p. 355.

- cf. IEDES artigo citado, p. 8.
7. A. Cândido Os parceiros do Rio Bonito. Rio, 1964, pp. 202 ss.
8. A. Maynard Araujo Folclore nacional, volume III. S. Paulo, 1964, pp. 196 ss.
9. M.I.P. de Queiroz Désorganisation des petites communautés rurales brésiliennes, in "Cahiers Internationaux de Sociologie", nº 28. Paris, 1960, pp. 159-173.
10. D. Pierson Status e prestígio em Cruz das Almas, in "Sociologia", nº 2. S. Paulo, 1950, pp. 113-129.
- J. Bosco Pinto Alfabetização e desenvolvimento econômico na agricultura brasileira, in "Sociologia", nº 1. S. Paulo, 1963, pp. 49-63.
- UNESCO Ob. cit.
- UNESCO Accès des jeunes filles et des femmes à l'éducation rurale. Paris, 1964.
12. P.G. Weill Pesquisa sobre o nível mental da população brasileira. Rio, 1959.
13. Expérience en Haute Volta, in "Croissance des jeunes nations", nº 38/39. Paris, 1964.
- R. Dumont Le développement agricole, spécialement tropical, in "Tiers-Monde", nº 17. Paris, 1964, pp. 13-38.

4. A MENTALIDADE DO ANALFABETO RURAL

Designaremos por mentalidade o conjunto das atitudes, representações e crenças que se exprimem por um estilo de vida, característico de uma situação concreta. Gostaríamos de mostrar que, no caso do analfabeto de zonas rurais, a mentalidade dominante é um todo coerente que exclui qualquer comunicação que implica no uso e na necessidade da escrita. O analfabetismo não aparece como problema. A resistência à alfabetização poderia mesmo ser uma maneira de afirmar e de salvaguardar as características desta mentalidade.

Na perspectiva de nosso estudo, um primeiro sinal significativo da situação concreta do analfabeto rural é a continuidade: tudo repousa sobre a familiaridade com os outros e com o próprio meio. Em particular, as relações humanas raramente são impessoais e supõem uma familiaridade que se apóia sobre uma rede complexa de relações concretas. O indivíduo, raramente - ou talvez jamais - isolado, sabe sempre que faz parte de um grupo, mesmo que este esteja reduzido ao clã familiar. No Brasil, em particular, os elos familiares são duplicados pela rede dos elos da compadrice. Por outro lado, como mostra A. Cândido (1), o grupo vive num relativo isolamento provocado por sua marginalidade. A segregação ao nível de grupos ainda é mais acentuada pela mobilidade geográfica, uma vez que é necessário deslocar-se sempre, à procura de novas terras ou de trabalho. O indivíduo está, então, en

volvido numa estreita rêde de relações de obrigação mútua , que torna quase impossível qualquer tomada de consciência do isolamento de seu grupo.

A continuidade das relações pessoais não caracteriza só a comunicação humana, mas também o conjunto dos intercâmbios humanos e sociais, tais como a barganha, a ajuda mútua, a colaboração ocasional ou tradicional. Toda troca pressupõe uma relação de proximidade que implica num reconhecimento mútuo preliminar. Os contactos serão, então, primários, raramente secundários e nunca impessoais; a confiança será a marca que os distinguirá (2). Assim, o analfabeto vive num mundo pleno, sem poder tomar consciência de que este mundo se situa à margem do movimento da civilização.

Um segundo traço significativo é a oralidade das comunicações humanas. Uma vez que a comunicação é oral, a informação é sempre veiculada, afiançada e assinalada por alguém. Este traço, associado ao precedente, explica porque a informação passa sempre por alguém que a comunidade e o grupo reconhecem. Observemos, entretanto, que sempre circula uma certa quantidade de informações, de maneira que o isolamento cultural não é absoluto. Mas, esta comunicação é muito aleatória, pois depende do acaso dos encontros. Hoje, a existência de grandes vias de comunicação e os serviços regulares de ônibus e de caminhões suscitaram o desenvolvimento extraordinário deste tipo de intercâmbio (3). É notório que as novidades, desde tempos remotos, atravessam a imensidão do Brasil, graças à atividade dos cantadores, verdadeiros trovadores e "cronistas da vida cotidiana" (4), os quais, de feira em feira, de mercado em mercado, de festa em festa, difundem e multiplicam a informação (5).

Tem-se insistido, de alguns anos para cá, sobre a importân - cia do rádio e da televisão, como novos meios de difusão da informação. Talvez fôsse melhor ser prudente, pois êstes

meios modernos de comunicação são estreitamente controlados, não tanto pelo govêrno, como por poderosos trustes o que, aliás, era o caso das cadeias de jornais do interior (6). Entretanto, o sucesso de um movimento como o MEB (7) e, de uma maneira geral, das escolas radiofônicas, explica-se pelo caráter oral da rádio-difusão. A informação recebida é, com efeito, sempre associada a alguém que nos fala. Muito rapidamente, o analfabeto rural distingue uma voz de outra, imagina facilmente um personagem (sobretudo quando o programa permite um mínimo de personificação) e não percebe a informação pelo seu valor intrínseco apenas, mas como sinal de existência de um personagem familiar. Parece-nos mesmo possível que haja hoje, com o desenvolvimento comercial fulminante dos meios de comunicações de massa, uma passagem direta da comunicação oral transmitida por mercadores, para a comunicação oral teledifundida, por um verdadeiro "salto sôbre a cultura escrita" (8). O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa não facilitará, forçosamente, uma alfabetização em larga escala; poderia, mesmo, excluí-la.

Um terceiro traço, consequência negativa dos dois outros, é a ausência de discussão. Os conflitos, com efeito, não são resolvidos através da discussão. Tôda a sabedoria tradicional tenderá a evitá-los, uma vez que uma discussão poderia colocar em questão, perigosamente, as estreitas relações humanas necessárias para a sobrevivência do grupo. De outra parte, o pêso dos mais velhos e da tradição reduz, também, as possibilidades de um diálogo vivo (9). Não se procura, então, argumentar com o fim de convencer, de alterar a opinião de outrem, mas com o fim de se impor ou de defender seu "status". Daí uma tradição da "conversa" que é infinitamente mais próxima de um intercâmbio ritual que de uma busca em comum de uma verdade, no e pelo diálogo. Não se discutirá uma nova idéia, mas procurar-se-á minimizá-la pela sabedoria passada, ou neutralizá-la pela ironia. De qualquer maneira, tu

do o que poderia ameaçar a coesão do grupo em questão é imediatamente eliminado. Daí o caráter arredio, desconfiado, do analfabeto rural para com o estranho e o estrangeiro.

Não é exato que a mentalidade do analfabeto rural seja avêssa às mudanças; êle as vê numa perspectiva de continuidade, que se expressa pelo valor que ela empresta à duração, no tempo (10). Os analfabetos não são insensíveis à temporalidade, mas a percebem como prolongamento do passado e em suas estreitas relações com a tradição. Na mudança, êles não percebem a potencialidade do futuro, nem o valor da novidade, mas apenas aquilo que permita prolongar o "statu quo", na repetição inventiva. Esta mentalidade admite o futuro, pois nota-se um sentido de previdência para que o já vivido possa se repetir. E. Willems notou, com muita sutileza, a importância da promessa, que domina, ao mesmo tempo, a visão futura e a visão religiosa do homem rural (11). A previdência, a promessa, o sentido da repetição encontram-se imediatamente encarnados na sucessão dos trabalhos cotidianos, do diurno e do noturno, das estações, enfim (12). Mas, o futuro, como vislumbre de uma possibilidade que, colocando em questão o adquirido, permitiria, pela previsão, obter um aperfeiçoamento sensível, é neutralizado pelo receio dos riscos que êle implica. O futuro não é mais que o prolongamento necessário do presente, a fim de que a vida continue. Não é de se admirar, pois, se esta representação do tempo se racionalize na sabedoria tradicional que desvaloriza tudo o que está relacionado com o futuro e valoriza o adquirido (13). Esta sabedoria, que está difundida nos ditos populares e nas frases estereotipadas, que impregna até à sintaxe do português oral, filtra, de alguma maneira, tôdas as informações, de maneira a eliminar seus riscos.

Poderíamos resumir estas características da seguinte maneira:

a) familiaridade e, conseqüentemente, desconfiança em rela -

- ção a tudo o que não está previsto;
- b) transmissão pessoal da informação e ausência de diálogo;
 - c) redução da temporalidade à percepção da duração das mudanças, no tempo;
 - d) neutralização, pela sabedoria tradicional, do caráter de novidade e das possibilidades sugeridas pelo futuro e valorização do tempo reversível.

Ora, estes traços caracterizam, também, "a falsa consciência" (13), isto é, uma compreensão de si que desconhece a relação dialética entre o sujeito e o objeto; que espacializa o tempo, neutralizando a validade da valorização axiológica; que pela recusa de uma compreensão dialética da realidade, ignora as possibilidades do diálogo. Quando a situação concreta se desagrega, como hoje no interior do Brasil, sob o impacto do capitalismo, nada desta mentalidade permite reconstruir uma visão do mundo aberta para o futuro. Então, como mostra A. Cândido (14), o homem do interior se encerra num universo cada vez mais esclerosado e limitado; ou então projeta seu esperar numa visão apocalíptica de uma mudança sonhada - num banquete messiânico, fim violento dos males - desligada de sua existência cotidiana. Se ainda lhe resta um pouco de esperança, suficiente para fugir, não há o suficiente para tomar consciência de sua posição, a qual permitiria a realização de um projeto, pela modificação de sua situação concreta.

Referências bibliográficas

- 1. A. Cândido Ob. cit., pp. 35-66.
- 2. D. Pierson Mudanças e desorganização social em Cruz das Almas, in "Sociologia", n. 1. São Paulo, 1951, pp. 44-57.
- 3. Ibidem isolamento e contactos em Cruz das Almas, in ibidem, nº 3. São Paulo, 1950, pp. 186-203.
- 4. E. Willems Ob. cit., p. 79 e pp. 103 ss.

5. L.C. Cascardo A literatura oral. Rio, 1952
6. J. Pastore Conflito e mudanças sociais no Brasil, in "Sociologia" nº 4. S.Paulo, 1962, pp. 259-272.
7. cf., por exemplo Croissance des jeunes nations, nº 30. Paris, 1964, pp. 42 ss.
8. C. Bataillon Communications de masse et vie urbaine au Mexique, in "Communications" nº 3. Paris, 1964, p.28.
9. D. Pierson Status e prestígio em Cruz das Almas, in "Sociologia", nº 2. São Paulo, 1950, ps. 113-129.
10. cf. F. Fernandes Aspectos da educação na sociedade tupi nambá, in "Volkskundlicher Abhandlungen", nº 1. 1964, pp. 79-96.
11. E. Willems Ob. cit., p. 143, e p. 206.
12. A. Cândido Ob. cit., pp. 87-101.
13. A.M. Araujo Ob. cit., pp. 110-111.
- P. Bourdieu La société traditionnelle - attitude à l'égard du temps et conduite économique, in "Sociologie du travail", nº 1. Paris, 1963, pp. 24-44.
- P. Fraisse Psychologie du temps. Paris, 1959, p. 130 e p. 167.
14. J. Gabel La fausse conscience. Paris, 1963, pp. 88 ss e p. 193.
15. A. Cândido Ob. cit., pp. 154-159.

5. APROXIMAÇÃO (APPROACH) A MENTALIDADE DO ANALFABETO RURAL

O que nos deve chamar a atenção, no meio rural, não é o "analfabetismo" em si, mas a estrutura de um estilo de vida, do qual uma das características é a ausência da comunicação escrita. É isto que nos conduz à psicologia rural e à descrição que ela faz da vida tradicional (1), provavelmente um dos domínios que foi estudado com o mínimo de compreensão e de penetração (2). O valor de nossa aproximação dependerá do tipo de relacionamento a ser estabelecido com o "outro". Relacionamento às vezes possível, ainda que difícil.

É possível, no caso do Brasil, pois terá lugar no quadro da mesma língua: o português falado. Difícil, entretanto, uma vez que deveremos penetrar num mundo dominado por uma mentalidade diferente da nossa. Será necessário procurar, de um lado, o semelhante nas diferenças - de maneira a fazer surgir uma estrutura coerente - mas, também o diferente no semelhante - de maneira a respeitar a singularidade do "outro".

Para este estudo, a descrição da mentalidade do analfabeto rural far-se-á a partir da linguagem e de suas relações com as formas escritas. Uma primeira pista pode ser aberta pela análise do léxico: formas dialetais, desde que existam; modificações semânticas e morfológicas em função dos lugares e dos extratos sociais (3). Esta pesquisa não poderá se limitar às palavras consideradas em sua singularidade, mas deverá estudar, também, as relações que elas mantêm com os outros

conceitos. Assim, por exemplo, importa menos conhecer todos os matizes da palavra "cidade" (4) que registrar as relações que o analfabeto estabelece entre este conceito e seus sinônimos, de maneira a poder analisar as representações da realidade que este conjunto de palavras propõe. D. Pierson começou uma análise deste gênero quando estudou a evolução da palavra "caipira" (camponês: palavra própria de São Paulo), desde seu primeiro emprêgo descritivo até seu uso normativo (5).

Uma outra forma de aproximação, inspirando-se na hipótese de Sapir-Whorf (6), consistiria em ver até que ponto a análise da sintaxe permite alcançar a representação da realidade e do tempo subjacente e como ela se traduz na língua falada. É verdade que é preciso precaver-se contra uma simples relação esquemática entre dois níveis da realidade que estão muito afastados (7). Em particular, o ritmo, a entonação, a construção da frase e as singularidades da sintaxe não são somente sinais da realidade, mas obedecem, também, às leis próprias da linguagem. Entretanto, lembrando que "nas brincadeiras, nos sonhos, na magia, em resumo, em tudo o que se pode chamar de mitologia linguística de todos os dias e, acima de tudo, na poesia, as categorias gramaticais têm um teor semântico elevado ..." (8), é importante projetar a análise não somente sobre o conteúdo da sabedoria tradicional, mas sobre seu estilo e sua redação - no sentido em que entende R. Barthes - o qual engloba forma e conteúdo.

Entretanto, uma das dificuldades destas perspectivas é supor uma linguagem oral acessível ao pesquisador e, mais tarde, ao alfabetizador. Ora, não somente o analfabeto rural se exprime numa linguagem estranha para nós, mas, por vezes, seu silêncio é infinitamente mais significativo. A seu silêncio, acrescenta-se uma linguagem de gestos relativamente difícil de ser bem percebida. Numerosos autores se referiram a estes gestos (9) sem terem podido, entretanto, descrevê-los de ma-

neira satisfatória. A. Cândido, em seu importante livro(10), esboça uma análise dos gestos, partindo de uma situação fundamental: a refeição. Talvez fôsse possível sistematizar observações que até agora permaneceram esparsas, partindo assim de algumas situações características.

A observação deverá cuidar da dimensão global da comunicação oral, retendo tanto os gestos quanto o tom, as interjeições e exclamações, sem esquecer as atitudes do corpo. O registro audiovisual poderá prestar serviços úteis. Esta dimensão global nos leva a supor que uma tal pesquisa não poderá dar bons resultados a menos que ela seja uma realização interdisciplinar. Esta exigência - frequentemente lembrada(11), raramente realizada - exigirá um trabalho de equipe. Inicialmente, um linguista, que esteja a par das teorias gerais da comunicação e, sobretudo, das relações entre a comunicação oral e escrita. Seria útil que êle dominasse a análise semântica, indispensável para passar da análise linguística à compreensão da sabedoria tradicional. Depois, é evidente a necessidade da contribuição de um psicólogo. Como a mentalidade do analfabeto só tem sentido se relacionada a uma situação global e complexa, será necessário contar com a contribuição da sociologia do subdesenvolvimento e das alterações sociais que conduzem aos problemas econômicos da zona tropical. Esta tarefa interessa, enfim, ao filósofo, uma vez que ela se preocupa com a significação de uma situação humana.

Referências bibliográficas

1. P. Bourdieu Ob. cit.
 R. Redfield Ob. cit., pp. 79 ss.
2. cf. M.I.P. de Queiroz Ob. cit.
 H. Lefèbvre Problèmes d'une sociologie rurale, in "Cahiers Internationaux de Sociologie", nº 6 e 14. Paris, 1949 e 1953, pp. 78-100 e pp. 122-140.

6. PODE A ALFABETIZAÇÃO TRANSFORMAR-SE NUM INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL ?

Vimos que, mesmo nos lugares em que predomina uma mentalidade tradicional, existe a consciência do futuro. Claro que, neste caso, o futuro é muito mais presente à consciência como condição de uma duração de tempo desejada, que visto como uma fonte de possibilidades, de mudanças e de inovações.

Não seria possível, por acaso, imaginar que a alfabetização teria como tarefa específica modificar esta atitude fundamental a respeito do tempo em geral e do futuro em particular ? Com efeito, como a nota A. Cândido (1), a evolução do mundo rural no Brasil, sob o impacto do desenvolvimento sócio-econômico, não somente impõe modificações (no ritmo do trabalho etc ...) mas, também, propõe novas soluções (uma melhor racionalização da vida econômica, uma especialização do trabalho etc ...). Estas "proposições" não poderão se realizar, a não ser que a mentalidade tradicional se transforme, em particular quanto à sua compreensão da temporalidade. Se a alfabetização contribuísse nesse sentido, ela ganharia uma significação, como aquela proposta por um grupo de estudo do IEDES (2): "a alfabetização dos adultos representa um papel essencial, transformando o meio e tornando-o mais permeável ao progresso econômico, constituindo-se na condição prévia e no primeiro estágio de uma atitude ativa de formação do homem pelo homem e de transformação pelo homem do meio natural".

Foi partindo de uma visão análoga do processo de alfabetiza-

ção, que o pedagogo brasileiro Paulo Freire (3) organizou uma campanha de alfabetização onde o encontro do alfabetizador (chamado coordenador, isto é, animador) com os analfabetos (sempre reconhecidos como adultos fazendo parte de uma situação integrada) obrigava a uma tomada de consciência comum das relações do homem em sua situação, através do diálogo. Em outros termos, tratava-se de determinar de que maneira e em quais condições a alfabetização tornar-se-ia o ponto de partida de uma tomada de consciência da possibilidade concreta, não somente de mudar de vida, como é tão freqüente, emigrando para a cidade, mas de transformar sua vida - hic et nunc - agindo sobre as condições atuais.

Isto só é possível se se pressupõe que sempre existem, no homem, aspirações. Com efeito, uma análise antropológica nos faz supor que nos desejos, como nas aspirações, exprime-se uma atitude comum da consciência humana, que incita o homem para a mudança. Em geral, algumas destas aspirações não são explícitas. P. Chombart de Lauwe (4) mostrou quanto suas formas são diversas: enraizadas nos desejos mais íntimos, manifestadas em sonhos - acordados ou não -, evocadas por simples gestos ou mesmo atitudes corporais e sociais, elas são por vezes difíceis de analisar. Como elas assumem freqüentemente a forma de representações imaginárias, nas quais - através da imagem, do símbolo e do mito - remetem às representações conhecidas e tradicionais, transformam-se em imagens-guias e imagens de si. Tanto aquelas - que indicam como o homem imagina o que êle poderia ser - quanto estas - que nos remetem às representações que o homem faz de si mesmo - são elaboradas intelectualmente e enchem o vocabulário do analfabeto. Por outro lado, estas imagens são modeladas pelos estereótipos que a sociedade - desde a aprendizagem da língua materna - transmite e impõe. É possível, então, não só analisar estas imagens, graças à sua associação com a linguagem (5), mas, também, agir sobre elas, através de uma alfabe

tização que passa por um diálogo intenso entre o alfabetizador e os alfabetizados. É justamente esta passagem que Paulo Freire denominou "conscientização".

Como o demonstram os trabalhos do grupo de P. Chombard de Lauwe, as aspirações são fortemente determinadas pelas condições materiais de vida. Em particular, a insegurança da vida cotidiana, que segue ao impacto do capitalismo sobre as comunidades rurais, no interior do Brasil; a real proletarianização do homem do interior; enfim, a obsessão do desemprego do proletariado suburbano, todos estes fatos conduzem o analfabeto a um verdadeiro "tradicionalismo do desespero" (6). O estilo de vida tradicional foi rompido por empregos incertos sem que as aspirações a um outro estilo de vida tenham as condições materiais para serem concretizadas. Neste sentido, os analfabetos ganharam uma autonomia sem estabilidade, uma auto-determinação sem garantias (7). O desenraizamento provocado pela migração interna e a incerteza suscitada por empregos incertos têm repercussões imediatas sobre as perspectivas de futuro, uma vez que um projeto de vida, isto é, uma atitude racional com relação ao futuro, não pode, materialmente, assumir forma. Acrescenta-se a isto uma percepção fragmentária da realidade, a qual torna o homem objeto das mudanças sem, da mesma forma, torná-lo sujeito das reações necessárias (8). Enfim, as condições de habitação (ver, em particular, o problema das "favelas" das metrópoles brasileiras) exercem uma influência direta sobre a abertura do horizonte temporal. Conseqüentemente, a incerteza dos empregos, a perspectiva fragmentária da nova realidade e a estreiteza do horizonte explicam a incapacidade de organizar a temporalidade e, conseqüentemente, a aparente inércia tão frequentemente citada. P. Fraisse (9), comparando operários de origem rural a camponeses franceses, descreve como a representação do futuro - frustrado, mas real - dos camponeses decaiu em uma vaga expectativa, na qual os operários não têm

nem mesmo a capacidade de prever ou de pensar no futuro de seus filhos. Tudo está arrolhado. Encontra-se aí, em proporções catastróficas, esta visão apocalíptica, segundo a qual as aspirações não são mais que vagas proposições para uma utopia.

As aspirações se desfizeram em expectativas, isto é, em vagas esperanças passivas, sem o dinamismo da esperança, sem o realismo do projeto. Estas expectativas não encontram sua realização a não ser na fuga para a cidade, cuja representação popular manifesta, frequentemente, uma ambigüidade reconhecida, mas não combatida (10). A êste respeito seria importante analisar os projetos de vida, as aspirações e as expectativas que os analfabetos exprimem, no início, no decorrer de sua alfabetização e no período de post-alfabetização, de maneira a poder, por uma escala axiológica dos níveis de aspirações, medir o grau de "conscientização" atingido.

É por isso que uma alfabetização não pode ser bem sucedida como instrumento de mudança social provocada, a menos que se ja precedida de um profundo estudo das aspirações e das expectativas dos analfabetos. Por outro lado, é necessário determinar as representações que bloqueiam as aspirações, ao nível de imagens e da linguagem, em particular aquelas veiculadas pela sabedoria tradicional. Por essa mesma razão, é importante que os analfabetos, durante a alfabetização, dialoguem, libertando-se, de alguma maneira, de suas ansiedades e de suas obsessões, para que a própria mentalidade seja transformada. Não basta alfabetizar e dar um instrumento adequado para colocar o analfabeto em contacto com um mundo mais vasto ou mais rico; é preciso que esta alfabetização seja a ocasião de um encontro, em que as relações do analfabeto com seu mundo sejam repensadas, a fim de que êle chegue a organizar, pessoalmente, seu futuro. Concluindo, não se trata somente de estudar o comêço de uma campanha de alfabetização, mas seu desenvolvimento, sua continuidade e sua ampliação pos

terior, na animação rural, por exemplo (11)

Referências bibliográficas

1. A Cândido Obra. cit., pp. 172-183.
2. IEDES Alfabétisation et développement économique, in "Tiers-Monde/Estudes". Paris, 1964, p. 20.
3. UNESCO cf. três artigos que a "Revue Internationale de l'Education des adultes et de la jeunesse" vai publicar
4. P.Chombart de Lauwe Aspirations, images-guides et transformations sociales, in "Revue française de sociologie", nº V. Paris, 1964, pp-180-192.
5. cf. Ullmann Semantics. London, 1962
6. P. Bourdieu Ob. cit.
- cf. O. Ianni Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio, 1962, pp-131-150.
- A. Cândido Ob. cit., pp-68-87
7. A. Cândido Ob. cit., pp.184
8. Ibidem pp, 135-141.
9. P. Fraisse Ob. cit., pp.167
10. O. Ianni Ob. cit., pp. 252-253
11. cf. R. Dumont Ob. cit.
- Ibidem L'Afrique est mal partie. Paris, 1962, pp. 179-193.

7. O SEMI-ANALFABETO

A oposição de tipo: branco/negro ou normal/anormal, tão próxima do surto de dicotomias na sociologia da América Latina, põe de fazer crer que é possível dividir a sociedade em dois grupos distintos e opostos: os que dominariam os mecanismos de comunicação escrita ... e os demais! Basta lançar um breve olhar sobre os critérios e as definições oficiais do analfabetismo que determinam as estatísticas comunicadas à UNESCO (1), ou seguir a discussão que permitiu estabelecer uma norma internacional (2), para se tomar consciência de que um indivíduo pode ser analfabeto num país e não o ser em um outro, ou mesmo sê-lo num ano e não ser noutro, pois os critérios variam não somente no espaço mas, também, no tempo.

Por mais prática que seja esta dicotomia, por mais explicável que seja, dentro de uma certa perspectiva, ela deve ser, entretante, radicalmente rejeitada.

O analfabetismo é uma "variável contínua" (3), isto é, analfabetismo deve ser compreendido como um processo que varia de uma ignorância total, eventual, para um certo domínio da técnica de leitura e da escrita. Não é demais notar que o mesmo problema se coloca a propósito da relação rural/urbano. Poder-se-ia supor que existe um paralelismo entre :



Da mesma maneira que M. Diegues esvaziou a segunda dicotomia (4), G. Tassinari eliminou a primeira (5), propondo para o analfabetismo a seguinte definição: "É um nível inadequado de preparação cultural, tal que essa preparação não pode assegurar o domínio durável e eficaz dos conhecimentos essenciais à participação nas atividades que exigem um mínimo de instrução e na vida da comunidade". Esta definição é muito ampla; poder-se-ia preferir a definição mais funcional de M.M. Lewis (6): "É analfabeto aquele que não pode preencher as exigências da sociedade por um suficiente domínio da arte da comunicação escrita".

Por outro lado, é preciso reconhecer que a estrutura social à qual nos referimos anteriormente, isto é, uma sociedade em que o analfabeto vive à margem da escrita, tende a se desorganizar, em consequência da transformação do meio rural sob o impacto do capitalismo. O emigrante que vem do interior se satisfaz com um conhecimento rudimentar dos algarismos e de algumas palavras habituais, para poder incrustar-se nas zonas suburbanas. A civilização industrial, na qual, ao contrário do que se imagina, a comunicação é cada vez mais reduzida a palavras isoladas ... - aos símbolos numéricos e aos algarismos (7), não impõe, forçosamente, uma profunda alfabetização, mas implica, ao contrário, numa semi-alfabetização que, um dia, talvez venha a bloquear o desenvolvimento sócio-econômico. R.B. Lopes, em sua pesquisa sobre o meio operário de S. Paulo (8), nota, por exemplo, que uma boa qualificação profissional exige uma escolarização que só acontece, aproximadamente, duas gerações após à chegada do analfabeto rural à metrópole. O mesmo autor assinala, ainda, que é preciso "alguns anos de escolaridade" para preparar um operário semi-qualificado. Este "alguns" deixa o que pensar. B. Hutchinson, numa pesquisa sobre a mobilidade social e o trabalho em São Paulo (9), sublinha que as mulheres não sofrem a motivação da qualificação profissional, de maneira que sua

alfabetização será extremamente lenta. Acreditamos, de nossa parte - do mesmo modo que esse delegado sulamericano à Conferência de Santiago (10) -, que um recenseamento minucioso, que levasse em conta os vários níveis de alfabetização, revelaria tantos semi-analfabetos quantos analfabetos!

A primeira vista, parece-nos que se poderia distinguir os seguintes grupos:

- 1º. os pré-analfabetos: sociedades tribais que ignoram a escrita;
- 2º. os analfabetos propriamente ditos : sem nenhum conhecimento dos rudimentos da comunicação escrita;
- 3º. os semi-analfabetos: que têm um conhecimento parcial, descontinuo e unilateral destes rudimentos (frequentemente em consequência da regressão da aprendizagem (11));
- 4º. os analfabetos funcionais (12): que têm um conhecimento suficiente para a situação em que estão vivendo, mas insuficiente para uma eventual adaptação a uma nova situação;
- 5º. os alfabetizados: que dominam ambas as formas de comunicação escrita.

Parece-nos indispensável substituir, imediatamente, as tradicionais alternativas dos censos (do tipo: "Sabe ou não sabe ler?") por um teste prático que permita uma seleção em função dos níveis de alfabetização. Seria importante comparar estes resultados com os níveis de aspirações e com o grau de integração na sociedade industrial. Enfin, determinar áreas prioritárias nas quais as campanhas deveriam ser concentradas.

Como supusemos anteriormente, o semi-analfabeto não é somente alguém que ocupa um lugar inferior na escala de alfabetização; é, frequentemente, também um semi-qualificado no plano profissional (13). Será, então, um operário que se coloca nos escalões inferiores da pirâmide dos empregos e que te

há muita dificuldade em conseguir até a segurança material . Um perigo ameaça, particularmente, o semi-analfabeto, semi-qualificado, de origem rural, no Brasil: a passagem do interior para a capital já lhe dá tantas satisfações que negligencia as perspectivas a longo prazo. Pouco a pouco êle toma consciência, indiretamente e às suas custas, que sua integração é periclitante, incompleta ou desequilibrada. Vive rá na obsessão do desamparo, na angústia de seu futuro, na impossibilidade de planejar sua vida. Ele não é capaz de racionalizar sua conduta econômica e, ainda menos, seu comportamento profissional, donde a cristalização de um verdadeiro "sentimento de fraqueza", que R. Ledrut já descobriu entre os desempregados franceses (14). Este síndrome se manifesta por :

- a) recusa de pensar no futuro;
- b) um pessimismo paralisante, na procura de trabalho;
- c) o oslerismo, isto é, a certeza de que o homem, a partir de uma certa idade, não é mais capaz nem de aprender, nem de mudar o curso de sua vida (15).

O semi-analfabetismo, por tôdas estas razões, nos parece o problema nais urgente de uma campanha de alfabetização. Observemos que a decisão de determinar áreas de prioridade, em função das tensões existentes e das possibilidades concretas das situações profissionais, tomadas pelos organismos competentes da UNESCO, responde exatamente ao que uma primeira análise - ainda superficial - nos revelou em São Paulo. A determinação dessas áreas de prioridades seria completada pela análise da mentalidade suburbana que, ainda mais que a mentalidade rural, permanece misteriosa.

Referências bibliográficas :

1. UNESCO L'analphabétisme ..., obra cit.

2. UNESCO
 cf. S. S. Zarkovic
 Manuel des statistiques de l'éducation. Paris, 1961, pp. 40-56.
 Sampling control of literacy data, in "Journal of American Statistical Association", n° 45. 1954, pp. 510-519.
3. D. Mezzacapa
 in "Contributo alla definizione del concetto de l'analfabetismo".Milano,1962, pp. 94 ss.
4. M. Diegues Jr.
 Transformações na comunidade rural da America Latina, in "America Latina", n° 3. Rio, 1964, pp. 25-36.
5. G. Tassinari
 Contributo ..., obra cit., p. 93/i.
6. M. M. Lewis
 Ob. cit., p. 163
7. J. Durand
 L'information numérale et l'enseignement, in "Communication" 2. Paris,1962, pp. 148-153.
8. R. B. Lopes
 Ob. cit., pp. 39 e 87; p. 84
9. B. Hutchinson
 Ob. cit., pp. 97 ss.
10.
 Proyecto n° 1, n° 14. Santiago, 1962, p. 230.
11. E. HAMUY
 Educación elemental, analfabetismo y de sarrollo económico. Santiago, pp. 39, 41 ss, 78.
12. L. E. Soria
 Alfabetización de adultos en los Estados Unidos, in "Proyecto n° 1", n° 18. Santiago, 1963, pp. 47-52.
13. G. Briones
 La qualification et l'adaptation de la main d'oeuvre dans les premières phases de l'industrialisation, in "Revue Internationale de Sciences Sociales", n° 4. Paris, 1963, pp. 600-616.
14. R. Ledrut
 Les chomeurs, faiblesse, sociale et sentiment de faiblesse, in "Revue Française de Sociologie", n° 3. Paris,1963, pp. 152-165.
15. J. Macleish
 L'acquisition des connaissances chez l'adulte in "Revue International d' Education de l'adulte et de la jeunesse", n° 1. Paris, 1962, pp. 45-54.
16. UNESCO
 "Le Courrier", outubro 1964.

8. LER (E ESCREVER)

É surpreendente ver quanto a alfabetização é, freqüentemen - te, reduzida à simples aprendizagem da leitura. A escrita não é senão um corolário e uma aprendizagem subsidiária que se realizará sem maiores problemas. Mesmo os critérios do analfabetismo são quase sempre determinados pela leitura, e quanto pode muito bem ocorrer uma dissociação notável entre ambas as faculdades (1). Mas, não se poderia imaginar que a recusa e a resistência dos adultos analfabetos à escrita são freqüentemente motivadas pelo temor do esforço necessário à aprendizagem que, mais que a leitura, lembra a escola? Enquanto a leitura não exige mais que uma fixação ocular - penosa no início - e uma certa habilidade perceptiva, a aprendizagem da escrita é bastante mais difícil. É um gesto: isto é, um conjunto de movimentos e de coordenações musculares que implica uma nova estruturação corporal, particularmente difícil quando se pensa no que significa, manualmente, para os analfabetos, segurar um lápis ou uma caneta.

Como diz J. P. Sartre (2) de uma maneira brilhante, se "fala sua própria língua mas escreve em uma língua estrangeira", a aprendizagem da escrita teria, por outro lado, um profundo valor pedagógico e social. Se ler é aprender a decifrar o pensamento de outrem, escrever será a ocasião, sobretudo para o semi-analfabeto, de mudar radicalmente de atitude a respeito de seu próprio meio. Aprendendo a escrever, êle tomaria consciência de que aquilo que lhe é estranho (a escrita)

poderia se tornar seu. Ele pode se apresentar a outrem. Não seria urgente elaborar, na alfabetização, uma pedagogia da expressão? A alfabetização não é muito frequentemente concebida como o despertar do analfabeto para assunto de outrem, como uma ruptura no seu horizonte, sem que êle se veja, por isto, definido como sujeito? Por que ela não poderia ser, também, o meio de permitir que se exprimam àquêles que precisaram ficar calados, àquêles que ficaram mudos tanto tempo? O problema da "cultura popular" seria colocado, então, sobre novas bases. Enquanto esta foi, talvez, o pretexto para as elites se dirigirem ao povo, num impulso tão populista quanto paternalista, a "cultura popular" assumiria forma no e a partir daquilo que os analfabetos e semi-analfabetos exprimem. Uma alfabetização orientada para a expressão e não para o consumo é também uma alfabetização que faz do outro sujeito de sua própria atividade e, conseqüentemente, o agente de sua transformação social. Não se trata somente de ampliar o círculo da informação mas de permitir, às massas marginais e marginalizadas a participação da criação social. Compreende-se que uma tal orientação didática abre perspectivas particularmente importantes, sobretudo para a animação rural (3).

Referências bibliográficas

1. S.S. Zarkovic ob. cit.
2. J.P. Sartre Les Mots. Paris, 1964, p. 136
3. E. Gillet L'école communautaire, in. "Tiers-Monde",
nº 17. Paris, 1964. pp. 46 ss.

São Paulo
Fevereiro 1965.